

Ap 11

11 MAR 1992

Semestre decisivo

JORNAL DO BRASIL
*Hélio Jaguaribe **

O primeiro semestre de 1992 será decisivo para a determinação do êxito ou do malogro do governo Collor e, por via de consequência, para encaminhar o país na direção de uma acelerada superação de seu desenvolvimento ou, contrariamente, mergulhá-lo num longo processo de turbulências e instabilidade.

Os dois primeiros anos de mandato do presidente Collor foram marcados por um imenso intervalo entre a excelência das intenções e do discurso do presidente e a extrema modéstia dos resultados efetivamente alcançados. O presidente careceu de um assessoramento minimamente competente. E sua estratégia inicial, encaminhada para dirigir o país mediante o exercício de um voluntarismo personalista, fundado na legitimidade que lhe dava a maioria absoluta de votos que o havia eleito e a oportunidade das medidas que se propunha a realizar, não se coadunava com o regime congressional do Brasil.

Seu objetivo era proceder a uma acelerada modernização, socialmente equitativa, do Estado e da sociedade. Para isto teve, inicialmente, de desmontar uma explosiva hiperinflação, que estava na iminência de liquidar com o país, nos dias imediatamente subsequentes a sua posse. Para esse efeito pôs em marcha, com o Plano Collor, um conjunto de medidas que congelaram cerca de 80% dos ativos

líquidos em poder do público, instituiu uma nova moeda e empreendeu severos cortes na despesa pública.

O Plano Collor, entretanto, se teve o mérito de debelar a hiperinflação, não dispunha de condição para assegurar a estabilização da moeda. O pacote inicial não enfrentou adequadamente o problema da crise fiscal do setor público, em parte, certamente, por graves limitações do sistema institucional brasileiro. Tentativas subsequentes de revitalizar o Plano Collor e de obter do Congresso as necessárias modificações institucionais resultaram frustras. O exercício de 1991 foi profundamente desgastante para o governo, que perdeu credibilidade, voltando a inflação a taxas mensais de mais de 20%, ao mesmo tempo em que se tornava patente a incompetência da maior parte dos titulares iniciais do primeiro escalão do Executivo, cercados, alguns, por fortes rumores públicos de corrupção.

O ano de 1991 foi também uma ocasião, para o presidente Collor, de proceder a uma gradual reavaliação crítica de sua equipe de governo e de sua estratégia política. Destacando-se pela oportuna substituição da ministra Zélia Cardoso pelo embaixador Marcilio Moreira, na pasta da Economia, teve lugar, no exercício findo, uma ampla e salutar remodelação ministerial. Os Ministérios da Justiça, da Educação, da Ação Social, do Trabalho e Previdência, da Saúde, bem como a Secretaria da Cultura e,

recentemente, a função de porta-voz da Presidência tiveram seus titulares iniciais substituídos por personalidades de muito maior competência e adequação aos cargos. Supriu-se, igualmente, o esdrúxulo Ministério Especial para o Mercosul, que perturbava profundamente a atuação do Itamaraty. E se iniciaram, a partir de fins de 1991, entendimentos visando à formação de uma razoável maioria parlamentar, com base no PFL, incorporando diversas outras correntes e personalidades, de sorte a viabilizar a aprovação, no Congresso, das principais propostas do Executivo.

Passadas as férias de fevereiro e os festejos carnavalescos, o país entra, a partir de março, na fase ativa do novo exercício de 1992. Com ela o governo Collor inicia sua segunda fase e ingressa no triênio final de seu mandato. O presidente mantém, com maior nitidez e mais fino entendimento do que antes, seu compromisso de proceder a uma acelerada modernização, socialmente equitativa, do Estado e da sociedade. Desta vez, porém, está apoiado num ministério majoritariamente competente, cercado por gente íntegra e de mentalidade moderna e adota uma estratégia mais adequada, que busca um consenso básico, no Congresso e na sociedade civil, em torno de uma agenda prioritária de reformas e de promoção do desenvolvimento.

No primeiro semestre do corrente ano, no curto período que vai de março a junho, o governo definirá a

medida em que sua nova equipe e seu novo estilo político se encaminhem para o êxito ou, ao contrário, em que tendam a resvalar para um fracasso dificilmente remediável.

Algumas das principais condições de êxito já foram alcançadas, com a designação de homens capazes e idôneos para quase todos os ministérios. Outras estão em plena negociação, no que concerne à indispensável formação de uma razoável maioria parlamentar de apoio ao governo. Faltam, entretanto, três importantes requisitos para assegurar o sucesso da segunda fase do governo Collor. Esses três requisitos são: (1) a ampliação, não apenas no Congresso mas igualmente na sociedade civil, de apoio ao projeto social-liberal que o presidente pretende implantar; (2) a conversão desse projeto num conjunto sistemático de políticas e medidas específicas, nas áreas social, econômica, institucional, fiscal, infra-estrutural e de segurança interna e externa; (3) a aceleração da taxa de decréscimo da inflação.

Esses três requisitos têm, entre si, importantes relações de condicionamento recíproco. Os requisitos-chaves, sem dúvida, são os relacionados à formulação de um competente e exequível plano de governo e à adoção de medidas complementares, que reforcem e acelerem a queda da inflação. São de boa qualidade, atualmente, quase todos os integrantes do primeiro escalão governamental. E é extremamente correta a direção dada

pelo ministro Marcilio Moreira à política antiinflacionária. O governo se ressentiu, entretanto, da falta de uma competente Secretaria de Programação, na Presidência da República, de sorte a assegurar a conversão das ideias social-liberais do presidente em um plano de governo, baseado em medidas e projetos específicos e a prover a coordenação, de forma consistente e harmoniosa, da atuação dos diversos ministérios que devem contribuir para o desenvolvimento social, a reforma do Estado e do sistema político e a modernização do Brasil.

O país necessita igualmente, de medidas complementares, que acelerem a queda da inflação e restaurem a confiança na moeda.

O atendimento desses dois requisitos contribuirá, decisivamente, para a ampliação e a consolidação das bases sociopolíticas de apoio ao projeto social-liberal do presidente Collor. Mas se tais medidas complementares não forem prontamente tomadas, o governo dificilmente poderá alcançar, ainda no primeiro semestre, a inversão de tendências requeridas para seu êxito. Com a perda do semestre se perderá o ano de 1992 e, com ele, para o governo Collor, o que tende a ser sua última chance de êxito e, para o Brasil, as perspectivas de uma acelerada superação de seu subdesenvolvimento.